

# QUAL A RELAÇÃO ENTRE O FETICHE DA MERCADORIA E A EDUCAÇÃO?

Política e gestão educacional

Max Silva da Rocha<sup>1</sup>  
msrletras@gmail.com

José Bezerra da Silva<sup>2</sup>  
jbcartorio@ibest.com.br

**RESUMO:** Este artigo analisa o processo de mercantilização da educação sob o signo neoliberal, bem como apresenta a insuficiência de busca de cidadania como teleologia única capaz de humanizar a humanidade. No mais, o fetichismo da mercadoria esconde as verdadeiras relações sociais, as quais estão condicionadas pela dominação classista e a educação se põe diante do dilema, ou satisfazer os interesses gritantes do capital ou contribuir, através da realização de atividades educativas emancipadoras na construção da massa revolucionária. Vê-se também a invectiva de organismos internacionais em processo de colaboração com os Estados de capitalismo periférico, no sentido de financiar a educação básica e determinar os conhecimentos a serem estudados. Assim, o neoliberalismo é apreendido nas escolas com a tendência de se perenizar historicamente.

**Palavras-chave:** Educação. Mercado. Neoliberalismo. Organismos internacionais. Estado e cidadania.

## 1-INTRODUÇÃO

A análise a seguir se inclui no campo da esquerda brasileira que desenvolve ferrenha crítica ao predomínio do mercado no campo educacional. Não tem a pretensão de esgotar assunto tão vasto, mas apenas contribuir com o debate, levando em consideração que as influências de organismos internacionais na educação trazem grandes riscos para os povos em desenvolvimento, dentre tantos, o Brasil. Os povos das mais distantes culturas transmitiam aos seus descendentes os conhecimentos acumulados. Esta prática aprimorou-se adquirindo contornos de formalidade. Assim, nas sociedades bem mais organizadas, como a Grécia e posteriormente Roma, a educação se especializou para atender adequadamente aos interesses da classe dominante, que excluía do processo educativo as mulheres, os escravos e os

---

<sup>1</sup> Max Silva da Rocha é graduando do 5º período do curso de Letras – Português da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. É bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES/UNEAL.

<sup>2</sup> José Bezerra da Silva é mestre em educação pela UFAL, membro do grupo de pesquisa trabalho, educação e ontologia marxiana e professor do departamento de Filosofia da Faculdade Católica Santo Tomás de Aquino, FACESTA, em Palmeira dos Índios, AL.

comerciantes. Historicamente a educação foi sempre classista, voltada para atender aos interesses prevaletentes dos dominadores. Daí o seu caráter político. Atualmente o Estado coordena a educação formal, dando permissão aos particulares para que também eduquem por dinheiro. Parece que o Estado se sobrepõe à sociedade no tocante ao processo educativo, permitindo e não poucas vezes coadjuvando os particulares no desiderato de tornar a educação um serviço lucrativo, portanto, uma mercadoria. “A partir dessa posição, exige-se que só as iniciativas privadas se encarreguem da educação da cidadania” (SANTOMÈ, 2003, p. 11). Esta realidade tomou grande impulso no Brasil a partir dos fins dos anos setenta, quando o neoliberalismo se intensificou e passou a dominar os diversos campos do conhecimento, como o educativo, o cultural, o artístico e o científico. É de se notar que estamos nos tempos de as relações entre os homens serem fundadas nos princípios mercadológicos e amparadas pelos sistemas de comunicação. Por isso, a educação tornou-se num artigo de luxo e só quem tem dinheiro pode dela usufruir. Os demais, os trabalhadores, apenas “sonham” com a escola pública, gratuita e de qualidade para si e para os seus filhos. Quanto ao Estado, perdeu sua força de autonomia.

Os interesses econômicos são mais fortes e ditam as regras. Por isso o Banco Mundial acopla duas funções: econômica e educativa, pois entende ser a educação uma mercadoria valiosa, que não somente dá lucro, como ainda influencia decisivamente na conservação do *status quo* quando insufla o consenso às novas gerações. Enrique Dussel (1934) conceituou fetiche do seguinte modo: “fetiche é palavra originada do português feitiço, que significa coisa feita” (2007, p. 43). “É um fazer deuses como produto da imaginação dominante do ser humano” (idem, *ibidem*). O fetiche é instrumentalizado pela ação humana com vistas a camuflar a realidade, aprisionando o homem na aparência dos fenômenos. A obviedade deste fato aparece ao tratar-se do fetichismo da mercadoria, porque as relações sociais de produção somente aparecem no mercado. Desse modo, “fetichismo é o poder de autonomia que a mercadoria exerce em relação aos produtores” (NETTO; BRAZ, p. 92), e assume este perfil desde os albores do capitalismo, em que se presta para reforçar a alienação do trabalhador. Este fato foi percebido por Marx (1818-1883) por ocasião da elaboração de suas obras, mas tratado pormenorizadamente no volume I d’O Capital, no qual diz:

A forma mercadoria é a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se apresenta, não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. [...] O trabalho individual produz mercadoria. Este trabalho se torna social no mercado. Daí que se tornam relações sociais entre as coisas e relações reificadas entre as pessoas. (p.198).

A temática educação “tem sua origem nos verbos latinos *educare* (alimentar, amamentar, criar), com significado de algo que se dá a alguém e *educere*, que dá a ideia de conduzir para fora, fazer sair, tirar de” (GARCIA, 1977, p. 1). Agora, levando em consideração os conceitos supracitados, podemos refletir sobre a questão: qual a relação entre o fetiche da mercadoria e a educação?

## **2- EDUCAÇÃO PARA QUEM?**

Educação engloba instrução, escolarização e obtenção de conhecimentos. Esses três aspectos se apresentaram bastantes diversos nas diferentes sociedades desde a antiguidade até os nossos dias, porém sempre voltados à conservação do modelo social imposto pela classe dominante. Na sociedade grega e na romana, que nos legaram a democracia e o direito, não foi diferente. A maioria da população estava excluída da educação, destacando-se as mulheres, os escravos e comerciantes. Atualmente a escolarização se ajusta aos interesses do capital, com o Banco Mundial à frente e optado pelo ensino fundamental, a fim de minimizar o analfabetismo entre as massas e ajustá-las às pretensões mercadológicas. Desse modo, a população mundial deve estudar o suficiente para se apropriar dos bens disponíveis no mercado.

Conseqüentemente, os sistemas educativos estão dominados pela lógica neoliberal em que se vê “o importante papel desempenhado pela economia na estrutura dos sistemas educacionais, novamente as dimensões econômicas passam a ocupar um lugar de destaque nas análises e pesquisas educacionais” (SANTOMÉ, 2003, p. 14). Neste ambiente promissor, as pesquisas educacionais são financiadas por grandes empresas voltadas para a conservação do modelo sociometabólico presente, como ainda expandir sobremaneira a presença de instituições privadas, em detrimento das públicas, no campo educacional, sendo aquelas qualificadas e responsáveis pela construção e divulgação do conceito cidadania. Assim, a educação perde seu potencial organizador da vida social para se constituir em mercadoria, portanto, objeto de lucro. E é com esse sentimento que muitas escolas, faculdades e universidades vêm sendo abertas pelos quatro cantos do País, a fim de negociar com gente interessada. Negociam-se conhecimentos, instrução e escolarização e se reproduz o consenso, pois os professores e professoras destes espaços mercadológicos são convidados a apregoar os valores do capitalismo com a sua interface neoliberal. Sem embargo, a educação perde a sua força contestatória. Assume a postura de tranquilizante social, ou que é pior, fica sem sentido,

porque não é capaz de indicar o caminho a seguir aos educandos, os quais se enfadaram no disse-me-disse sem consequências. Portanto, o ambiente historicamente selecionado para desenvolver a educação, que é a escola, também se perdeu no emaranhado de interesses. Se outrora era espaço dignificante, repleto de sonhos, hoje se consubstancia numa droga, onde pode acontecer de tudo, menos educação no sentido primoroso do termo. No mais, o Estado arregimentou para si muitas das competências que deveriam permanecer em mãos da sociedade civil, e entre elas está o processo educativo. Neste caso, o Estado através de seus mentores dá o “norte” da educação, selecionando conteúdos, incentivando práticas pedagógicas, determinando os critérios de avaliação deixando o professor sem muitas opções e elaborando diretrizes. Os professores e professoras são acoplados às disposições previamente elaboradas e formalmente decididas. Os questionamentos vêm em forma de dúvida, que é de pronto esclarecida. Feito isto, todos assumem a postura do consenso através do diálogo “franco e cordial”. Parece instalada a comunidade de comunicação de Habermas (1929). Todo discurso no campo educacional pode ser entrecortado por outros discursos, os quais poderão apresentar as demandas de educandos e de educadores insatisfeitos com o sistema. Cria-se relevante relação dialética, em que as movimentações sociais, políticas e econômicas ensejarão transformação da realidade até então imposta. Nesta perspectiva aparecem as lutas dos movimentos sociais que exigem do Estado melhorias na educação, sobretudo educação de qualidade e escola pública e gratuita para todos. O processo educativo se espelha nos elementos constitutivos básicos da sociedade. Se esta está dividida em classes, a educação também segue este mesmo perfil. Por isso temos educação que no mundo da práxis se transforma em educação para os ricos e em educação para os trabalhadores e seus filhos. A transformação da educação em mercadoria atinge apenas os trabalhadores, constituindo-se em fator inibidor da ascensão de parcelas consideráveis da população ao conhecimento e daí a outros patamares sociais e contribui decisivamente para ideologizar a partir do topo toda a sociedade. “No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino” (MÉSZAROS, 2008, p. 16), que vem sendo amaciado com as políticas de ações afirmativas, as quais ainda integram os interesses neoliberais coordenados pelo Banco Mundial.

O fetichismo da mercadoria põe um véu sobre as relações de produção, deixando-as à vista apenas no mercado. É uma prática encobridora, em que os objetivos são peremptoriamente camuflados. Concomitante, a mercadoria educação legitima a exploração dos trabalhadores para “induzi-los à sua aceitação passiva”. (Idem, p. 17). Esta afirmação não nega a possibilidade de realização de atividades educativas emancipadoras, revolucionárias,

mas a educação enquanto sistematização de conhecimentos elaborados e difundidos mediante a ação estatal é passiva de apenas reproduzir e realocar meios para dinamizar e influenciar aspectos no interior do sistema. “É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (idem, p. 27). Este gesto vislumbra novos horizontes para os envolvidos no processo educativo. Dá sentido à prática professoral, questiona as atitudes passivas e apolíticas no trato com a educação e na distribuição de conhecimentos e retoma o debate histórico enquanto instrumento clarificador das formações sociais excludentes e opressivas e liberta o professor e a professora de “permanecer aprisionado no círculo vicioso dos efeitos condenados” (idem, p. 30).

### **3- EDUCAÇÃO PARA QUÊ?**

As possíveis respostas à questão posta podem indicar o quanto a educação é atravessada por ideologias, desde a dominante até outras ideologias revolucionárias. No bojo das proposições educacionais dominantes se estabelece a escola privada, cujos fins imediatos são a obtenção de lucro. Atualmente o Estado brasileiro, talvez fundamentado nas teorias de Milton Friedman (1912-2006) incentiva este modelo educacional através da compra de vagas no sistema particular de ensino. Concomitante, deixa transparecer nas entrelinhas que o sistema público de ensino é incapaz de atender as demandas. De qualquer modo, o Estado com a sua política educativa atende “a gregos e a troianos”, pois se os donos de escolas particulares estão muito bem satisfeitos com as compras volumosas de seus serviços, eles satisfazem também a política internacional dos organismos encarregados de coordenar o processo de ensino do mundo.

Esse tipo de organização mundial (FMI, OCDE, Banco Mundial, OMC), com o apoio de grandes empresas multinacionais, é o verdadeiro cérebro das políticas neoliberais, construindo uma grande trama de redes para obter o consentimento da população com relação às suas propostas. O controle dos recursos financeiros que elas têm em suas mãos lhes permite dirigir as linhas de pensamento da imensa maioria dos meios de comunicação de massa, controlar as publicações de numerosas editoras, exercer a sua autoridade sobre os partidos políticos governistas com base em créditos e ‘doações’ para as suas campanhas, influenciar sensivelmente o trabalho de instituições de formação educativas, especialmente as universitárias, por meio de concessão de subvenções econômicas para a promoção de determinadas linhas de pesquisa. (SANTOMÉ, 2003, p. 19).

Desse modo, a educação é um importante instrumento conformativo. Os indivíduos aprendem a obedecer a certas razões inverossímeis e o Estado, comprometido em elaborar planos, diretrizes e currículos, tem entre outras tarefas “proporcionar as condições para estimular o consumo” (idem, p. 31), bem como “impor um conhecimento oficial que legitime as estruturas de poder existentes na sociedade” (idem, p. 43). E nada mais. Assim, os interesses mercadológicos encaixam os conhecimentos, a pesquisa e a ciência, aprisionando a escolarização com objetivos claros e evidentes de perpetuar o sistema. No entanto,

Como o aparelho escolar não produz suas ideologias, elas só podem ser entendidas como um produto de luta de classes. A escola deve ser tomada, portanto, como espaço de contradições, como palco de lutas de classes, como um dos lugares, onde se desenrola a guerra de longa duração. (LOMBARDI; SAVIANI, 2005, p. 11).

Sem embargo, a educação escolar vivencia uma situação ambivalente. A busca incessante de hegemonia da classe dominante é contrabalaneada pelas forças sociais organizadas, ou seja, pela classe oprimida e por seus simpatizantes. Esta, por sua vez, tem na educação um instrumento de emancipação humana. Esse contínuo confronto é apenas refluxo da oposição entre capital e trabalho com prevalência do capital no presente histórico. No contexto dos movimentos sociais se estabeleceu a bandeira de luta por uma escola pública e gratuita para todos. Marx e Engels, nos idos de 1847, já propunham escola pública e gratuita para as crianças. Eis o que eles disseram no Manifesto Comunista: “Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas na sua forma hodierna. Unificação da educação com a produção material”. (Idem, p. 11).

#### **4- A EDUCAÇÃO COMO SERVIÇO**

A história da educação deixa margem para percebê-la sempre no círculo dominante. A partir da Revolução Francesa, em 1789, intensificou-se o ideário de educação para todos. A burguesia que ascende ao poder combinou seus interesses de classe aos interesses dos trabalhadores, mas com objetivos claros de tornar o poder o espaço de garantia de seus interesses enquanto classe social. “Por isso, cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade” (MARX; ENGELS, 2005, p. 80). É neste âmbito que aparece o Estado encarregado de cuidar dos diversos campos que compõem a sociedade, especialmente do campo educacional. Assim, a proposta de

educação para todos foi sorrateiramente transformada em benefício da classe burguesa, sendo esse “todos”, reduzido aos membros do poder, permanecendo os trabalhadores e os filhos dos trabalhadores excluídos do campo da escolarização regular. Concomitante, o Estado se encarregou de dar cumprimento ao grande projeto de distribuir escola pública e gratuita, fato que nunca alcançou números satisfatórios, porque o Estado era e ainda é instrumento da classe dominante para, legalmente, conservar os interesses desta classe. Aos poucos, porém, alguns avanços vieram a ser detectados. Atualmente é por demais relevante o caso brasileiro, em que o ensino fundamental vem beirando os 100% dos nossos jovens. Esta política aparentemente cordial, ainda é decorrente das intenções do Banco Mundial que se voltou para o ensino fundamental dos países mais populosos do mundo, entre eles o Brasil. É para estes países, principalmente, que o Banco Mundial disponibiliza recursos, orientação pedagógica e ainda parcerias para elaborar os conteúdos que devem ser ensinados. Essas ações foram previstas por MacNamara ainda quando presidiu aquele Banco nos anos setenta.

Quando os privilegiados são poucos, e os desesperadamente pobres são muitos e quando a diferença entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, só é questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por este motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhadas para reduzir a miséria dos 40% mais pobres da população dos países em desenvolvimento, é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político. (MACNAMARA, apud FONSECA, 1998, p X).

O segundo ocorre no ensino superior, que está excluído dos investimentos do Banco Mundial, no entanto, o Estado brasileiro contornou a grande discórdia que acompanhou o sistema educacional brasileiro bem intensamente no século XX, qual seja, a escola pública contra a escola particular. Agora o governo compra vagas nas escolas particulares aumentando intensamente os lucros dos donos dessas escolas e ao mesmo tempo atende a demanda reprimida, a qual não consegue obter vaga nas universidades públicas brasileiras, sobretudo porque as vagas disponíveis são insuficientes.

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação tomada como mercadoria está a serviço de poucos, aos quais dá muito lucro. Por este viés caminha a humanidade em tempos neoliberais. O mercado é o centro irradiador de valores, de bons costumes, de cultura e de conhecimento. Esse modus vivendi

domina a existência humana presente com possibilidade de perscrutar os sinais dos tempos futuros, ou influenciá-los decisivamente. Não se pode negar que os Estados tendem a corrigir o capital aqui e ali. Há muitas tentativas de correção no campo educacional, mediante projetos reformistas, como aqueles incluídos dos afrodescendentes no âmbito escolar, desencadeadas no Brasil desde 1996 com a chegada nestas terras do modelo norte-americano denominado de política de ações afirmativas. Entretanto, o capitalismo com a sua face neoliberal só permite reformas e jamais mudanças substanciais. Parece trocar seis por meia dúzia. Por isso, toda e qualquer reforma não abala a estrutura do edifício. As benesses são distribuídas sob a forma de migalhas a fim de atender a maioria, sem, porém, modificar seu status. O pobre permanecerá pobre apesar de participar melhormente dos bens materiais produzidos. Sua integração é sob medida, não deve ultrapassar os limites previamente definidos pelos donos do capital. Na melhor das hipóteses, a classe dominante labora com o consenso. As políticas criadoras de oportunidades decorrem das próprias políticas neoliberais, como já foi visto nas palavras de MacNamara. Contudo, a educação pode servir de instrumento revolucionário para os excluídos. Estes podem dispor dela para alavancar uma transformação radical da sociedade. Mas não basta apenas a educação. Esta seria apenas um instrumento, um dispositivo útil nas mãos dos oprimidos.

A educação é indissociável da sociedade e pode servir tanto de instrumento para a manutenção das condições de exploração e subordinação do proletariado pela burguesia, quanto de alavanca para a necessária transformação histórica da sociedade em direção ao socialismo. (LOMBARDI; SAVIANI, 2005, p. 32).

Por ora as políticas neoliberais predominam no campo educacional brasileiro e no campo educacional dos demais países do mundo. Parcela considerável das lutas dos trabalhadores não vislumbra ir além do capital, pois é de algum modo cerceada pelos interesses imediatos e facilmente se aconchega às facilidades implementadas pelo próprio sistema. Assim, o capitalismo fica mais forte e os raros questionadores são chamados de retrógrados. Uma evidência toma destaque em todo o texto, qual seja, os interesses conflituosos da sociedade capitalista podem ensejar a realização de atividades educativas voltadas para a emancipação humana na perspectiva marxiana. Tais atividades contribuirão para romper o círculo vicioso do sistema do capital e desnudar o invólucro de alienação que paira sobre toda a sociedade brasileira. Para dar cumprimento a este desiderato urge parafrasear Karl Marx: professores e professoras de todos os países, uni-vos.



## REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo**: evidências do caso brasileiro. Disponível:<[SciELO.br/scielo.php? pid](http://SciELO.br/scielo.php?pid=)>. Acesso em: 20.07.2010.

LOMBARDI, Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Volume I, livro primeiro, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A Educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.